

Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A.
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados..... 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Boa Hora II Geradora de Energia Solar S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Hora II Geradora de Energia Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', is written over the printed name and title.

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

BOA HORA 2 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	2022	2021	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	55	73	Fornecedores	430	394
Investimentos de curto prazo	9.233	12.045	Contas a pagar partes relacionadas	33	27
Contas a receber de clientes	1.625	1.695	Tributos a pagar	74	67
Outras contas a receber	-	-	Dividendos a pagar	-	-
Conta de ressarcimento	1.259	1.833	Imposto de renda e contribuição social a pagar	342	212
Tributos a recuperar	276	48	Taxa de fiscalização ANEEL	7	6
Outros ativos	1	1	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	886	706
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	12.449	15.695			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Conta de ressarcimento	520	521	Contas a pagar partes relacionadas	2.634	2.384
Imobilizado, líquido	77.246	81.108	Tributos devidos	229	272
Intangível, líquido	6	25	Provisão para desmobilização	4.211	4.138
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	77.772	81.654	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.074	6.794
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social subscrito e integralizado	72.750	79.039
			Reserva de capital	2.810	2.810
			Reserva de lucros	6.701	2.024
			Dividendos adicionais propostos	-	5.976
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.261	89.849
TOTAL DO ATIVO	90.221	97.349	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.221	97.349

BOA HORA 2 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	7	19.003	18.101
Custo dos serviços prestados	8	(6.066)	(5.191)
LUCRO BRUTO		12.937	12.910
Gerais e administrativas		(80)	(123)
Outras Receitas (despesas) operacionais		(23)	(15)
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(103)	(138)
Receitas financeiras		1.543	607
Despesas financeiras		(336)	(313)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		1.207	294
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		14.041	13.066
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.073)	(778)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		20	29
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	9	(1.053)	(749)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.988	12.317

BOA HORA 2 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.988	12.317
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	12.988	12.317

BOA HORA 2 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		79.039	2.810	667	741	10.825	-	94.082
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.317	12.317
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	618	-	(616)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(2.800)	(2.800)
Delib. Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(10.825)	-	(10.825)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.925)	(2.925)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	5.976	(5.976)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		79.039	2.810	667	1.357	5.976	-	89.849
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.988	12.988
Redução de capital social		(6.289)	-	-	-	-	-	(6.289)
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	649	-	(649)	-
Constituição reserva de investimento		-	-	4.028	-	-	(4.028)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(8.311)	(8.311)
Delib. Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(5.976)	-	(5.976)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	72.750	2.810	4.695	2.006	-	-	82.261

BOA HORA 2 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício		12.988	12.317
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	4	4.166	3.664
Atualização monetária		-	(139)
Atualização da provisão para desmobilização		73	72
Juros sobre arrendamentos		-	223
Provisão ressarcimento		-	(650)
Tributos e contribuições sociais diferidos		(43)	(64)
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo		(1.543)	(468)
		15.641	14.955
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.145)	(628)
Aplicação (resgates) em investimentos de curto prazo		2.903	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		-	(223)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.426	361
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.247	17.522
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Partes relacionadas	5	-	(239)
Aplicação (resgates) em investimentos de curto prazo		-	(470)
Caixa líquido nas atividades de investimentos		-	(709)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Redução de capital	6	(6.289)	-
Dividendos pagos	6	(5.976)	(16.785)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	5	-	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.265)	(16.810)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(18)	3
No início do exercício		73	70
No final do exercício		55	73
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(18)	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. (“Boa Hora 2” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016, tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem, nos termos do Edital No.09/2015 – ANEEL (Leilão de Energia Reserva – 2º LER de 2015) e do Contrato de Comercialização de Energia a ser celebrado em função do referido leilão.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América). Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeghini (SP 543), Fazenda São José, s/n, lote 02, Zona Sul, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

A Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. possui uma garantia física de 5,3 MWm de energia contratada por 20 (vinte) anos a R\$ 352,02/MWh (preço inicial contratual) com capacidade instalada de 23 MW médios.

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/2016	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3

Em 31 de dezembro de 2022, a Boa Hora 2 possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), está conforme abaixo:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
8º LER/2015	CCEE	46.555	402,52	nov/2018	nov/2038	IPCA	novembro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 29 de março de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

<u>Investimentos de curto prazo</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CDB	9.233	12.045
Total	9.233	12.045

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos de curto prazo, caracterizados por aplicações com vencimento superior a três meses estão representados por operações com liquidez e rentabilidade média de 102,4% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,98% em 31 de dezembro de 2021).

4 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) Composição do ativo imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2022			2021
		Custo (i)	Depreciação/ Amortização acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,45%	772	(133)	639	154
Máquinas e equipamentos (II)	4,43%	87.499	(13.301)	74.198	78.731
Imobilizado em serviço		88.271	(13.434)	74.837	78.885
Imobilizado em curso		-	-	-	-
Bens vinculados às concessões e autorizações		88.271	(13.434)	74.837	78.885
Direito de uso de terreno arrendado (I)	4,00%	2.766	(357)	2.409	2.223
Total		91.037	(13.791)	77.246	81.108

(i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa média de 4%.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração no valor de R\$3.699 (R\$4.066 em 31 de dezembro de 2021) líquido de amortização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências	Outras mutações	2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	171	-	-	601	-	772
Máquinas e equipamentos	88.342	-	-	(601)	(242)	87.499
Imobilizado em serviço	88.513	-	-	-	(242)	88.271
Bens vinculados às concessões e autorizações	88.513	-	-	-	(242)	88.271
Direito de uso de terreno arrendado	2.480	286	-	-	-	2.766
Subtotal	90.993	286	-	-	(242)	91.037
Depreciação/Amortização	(9.885)	(3.968)	(180)	-	242	(13.791)
Total líquido	81.108	(3.682)	(180)	-	-	77.246

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	171	-	-	-	171
Máquinas e equipamentos	88.291	-	51	-	88.342
Imobilizado em serviço	88.462	-	51	-	88.513
Imobilizado em curso	-	51	(51)	-	-
Bens vinculados às concessões e autorizações	88.462	51	-	-	88.513
Direito de uso de terreno arrendado	2.292	188	-	-	2.480
Subtotal	90.754	239	-	-	90.993
Depreciação/Amortização	(6.240)	(3.645)	-	-	(9.885)
Total líquido	84.514	(3.406)	-	-	81.108

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5 CONTAS A PAGAR PARTES RELACIONADAS

	2022	2021
PASSIVO		
Contas a pagar		
AES Brasil Operações S.A.	33	27
Circulante	33	27
Contas a pagar		
AES Brasil Operações S.A. (i)	2.634	2.384
Não circulante	2.634	2.384
Total Partes relacionadas	2.667	2.411

- (i) Contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora AES Brasil Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, conforme detalhado nas notas explicativas nº 5.1.

5.1 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Brasil Operações S.A, no montante de R\$2.667 (R\$2.411 em 31 de dezembro de 2021). O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.248
Adição	188
Encargos financeiros	223
Pagamento de principal	(25)
Pagamento de juros	(223)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.411
Adição	285
Encargos financeiros	245
Pagamento de principal	(245)
Pagamento de juros	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.667
Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2023	33
Subtotal	33
NÃO CIRCULANTE	
2024	37
2025	41
2026	45
2027	49
2028	54
Após 2028	2.408
Subtotal	2.634
Total	2.667

6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$72.750 (R\$79.039 em 31 de dezembro de 2021), em ações ordinárias detidas pela única controladora AES Operações S.A., de 7.275.049 (7.903.934 em 31 de dezembro de 2021), nominativas e com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de real) cada.

Em 12 de abril de 2022, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$6.289, mediante a restituição de capital á acionistas da Companhia AES Operações e com o cancelamento de 628.855 ações representativas do capital social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

6.2 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos com passivo circulante nas seguintes ocasiões (i) dividendos intermediários e/ou intercalares – quando de sua aprovação pela Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio – quando de sua aprovação pela RCA e AGO.

DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS E INTERMEDIÁRIOS

Em 12 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos propostos, no montante de R\$ 5.976, referente ao resultado apurado no ano de 2021.

Em 30 de novembro de 2022 foi efetuado o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 8.311 com base na expectativa do lucro líquido do exercício de 2022.

6.3 RESERVA DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2022, A Companhia possui uma reserva de lucros de R\$ 6.701 (R\$ 2.024 em 31 de dezembro de 2021). Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

RESERVA DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, A Companhia possui uma reserva de investimentos de R\$ 4.695 (R\$ 667 em 31 de dezembro de 2021). Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 649 (R\$616 em 31 de dezembro de 2021), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

6.4 RESERVA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022, A Companhia possui uma reserva de capital de R\$ 2.810. Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos, incorporação ao capital social, absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

7 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2022		2021	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento de energia elétrica	46.428	20.460	46.243	18.241
Ressarcimento de energia	1.566	(737)	1.387	547
Receita operacional bruta	47.994	19.723	47.630	18.788
(-) PIS e COFINS	-	(720)	-	(687)
Total	47.994	19.003	47.630	18.101

8 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Custo da produção de energia elétrica		
Outros	(15)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(819)	(663)
Taxa de fiscalização ANEEL	(84)	(81)
Subtotal	(918)	(744)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(715)	-
Material	(22)	-
Depreciação e amortização	(4.158)	(3.645)
Seguros	(197)	-
Contribuições setoriais	22	-
Outros custos operacionais	(78)	(802)
Subtotal	(5.148)	(4.447)
Total	(6.066)	(5.191)

9 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional tributável	20.365	19.791	20.365	19.791
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.629	1.583	2.444	2.375
Receitas financeiras	1.427	468	1.427	468
Outros ajustes	(62)	-	-	-
Base de cálculo	2.994	2.051	3.871	2.843
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(449)	(308)	(348)	(256)
Adicional (10%)	(275)	(204)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(724)	(512)	(348)	(256)
Base de cálculo	644	949	644	949
Alíquota efetiva	2%	2%	1,08%	1,08%
IRPJ e CSLL diferido	13	19	7	10
Ajustes de anos anteriores	-	-	-	-
Outros ajustes	-	(10)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(712)	(503)	(341)	(246)
Alíquota efetiva	3,49%	2,63%	1,67%	1,28%

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	2022		2021		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa		55	55	73	73	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	9.233	9.233	12.045	12.045	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.625	1.625	1.695	1.695	Custo amortizado
Total		10.913	10.913	13.813	13.813	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		430	430	394	394	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		33	33	27	27	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	5	2.634	2.634	2.384	2.384	Custo amortizado
Total		3.097	3.097	2.805	2.805	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

10.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	55	73
Investimentos de curto prazo	9.233	12.045
	9.288	12.118

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos
Fornecedores	430	-
Contas a pagar partes relacionadas	33	2.634
Total	463	2.634

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e IGP-M utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2022.

b.3) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Caixa e equivalentes de caixa	55
Contas a pagar partes relacionadas	(2.667)
Total	(2.612)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e Critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.